

**Apelação Criminal nº:** 0007513-74.2009.8.17.0480 (0224122-7)  
**Comarca Origem:** Caruaru – 2ª Vara Criminal  
**Apelante:** Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**Apelado:** Luciana Manoel da Silva  
**Relator:** Des. Mauro Alencar de Barros  
**Procurador(a) de Justiça:** Helena da Fonte Carvalho  
**Órgão Julgador:** 1ª Câmara EXTRAORDINÁRIA Criminal

**ACÓRDÃO**

**PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. RECURSO MINISTERIAL. ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. ART. 163, PARÁGRAFO ÚNICO, III, DO CP (DANO QUALIFICADO). REFORMA DA SENTENÇA PARA CASSAR A SENTENÇA QUE ABSOLVEU SUMARIAMENTE O RÉU PARA DAR REGULAR PROSSEGUIMENTO À AÇÃO. APELO PROVIDO.**

1. Vê-se que, na decisão ora impugnada, não foram apreciadas, especificamente, a materialidade e autoria delitivas, simplesmente, entendeu o Magistrado sentenciante pela aplicação do princípio da insignificância ao caso concreto, tendo em vista, principalmente, o valor do dano causado frente à vítima, aqui uma empresa concessionária de serviços públicos.

2. Inicialmente, de fato, é de se vislumbrar a possibilidade de aplicação do princípio da insignificância, se analisados friamente o bem avariado e a empresa que foi vítima do delito. Contudo, da análise das demais provas colhidas até o presente momento, tem-se que tal tese deve cair por terra.

3. A materialidade restou comprovada através do auto de apreensão, de fls. 39, bem como pela inquirição da representante da vítima, às fls. 09, quando restou reconhecida a peça de um telefone público avariada, onde se calculou o prejuízo da empresa vítima em aproximadamente, R\$45,00 (quarenta e cinco reais) referente ao monofone e R\$150,00 (cento e cinquenta reais) referente ao aparelho.

4. Vê-se, ainda, que o próprio acusado confirma a autoria delitiva, quando interrogado pela autoridade policial e, mais, destaca que durante o mês em que foi preso em flagrante, já havia danificado outros duzentos telefones públicos.

5. É bem verdade que há, nos autos, encaminhamento, da Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru, do reeducando para-o HCIP, em virtude de apresentação por parte do acusado de distúrbio psiquiátrico, contudo tais declarações somente poderão ser analisadas e sopesadas durante a instrução criminal que não chegou nem a se iniciar, haja vista a sentença de absolvição sumária pela aplicação do princípio da insignificância.

6. Desta forma, não se pode desconsiderar as declarações apresentadas pelo próprio acusado, em parte, ratificadas pelos policiais que o prenderam em flagrante.

7. É de se ter em mente que o princípio da insignificância não foi estruturado para salvaguardar e legitimar condutas constantes desvirtuadas, e sim, para impedir que desvios de condutas ínfimos, isolados, sejam sancionados pelo direito penal, fazendo-se justiça no caso concreto. Comportamentos contrários à lei penal, mesmo que insignificantes, quando constantes, devido a sua reprovabilidade, perdem a característica de bagatela e devem se submeter ao direito penal.
8. Não se pode, portanto, aplicar irrestritamente o princípio da insignificância se os elementos de prova dos autos mostram, ao menos, indícios de ser o acusado contumaz no cometimento de crime de dano, tais como o ora analisado.
9. Deve-se, assim, proceder com a instrução processual, ouvida das testemunhas, e novo interrogatório do acusado para que fiquem esclarecidos os detalhes acerca das possíveis condutas perpetradas pelo acusado, bem como acerca de possível distúrbio psiquiátrico sofrido pelo Apelado.
10. À unanimidade de votos, deu-se provimento o apelo ministerial, cassando a sentença de absolvição sumária proferida pelo Magistrado a quo, determinando-se o prosseguimento do feito, para que, comprovados ou não os fatos, possa, ao fim da instrução criminal, ser o denunciado absolvido ou condenado pelo crime a si imputado.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de desaforamento nº 0224122-7, em que figuram, como apelante, Ministério Público do Estado de Pernambuco e, como Apelado, Luciano Manoel da Silva, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **por unanimidade de votos**, em dar provimento à apelação criminal, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 23 de agosto de 2014.

  
Des. Mauro Alencar de Barros  
Relator

**Apelação Criminal nº:** 0007513-74.2009.8.17.0480 (0224122-7)  
**Comarca Origem:** Caruaru – 2ª Vara Criminal  
**Apelante:** Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**Apelado:** Luciano Manoel da Silva  
**Relator:** Des. Mauro Alencar de Barros  
**Procurador(a) de Justiça:** Helena da Fonte Carvalho  
**Órgão Julgador:** 1ª Câmara EXTRAORDINÁRIA Criminal

### RELATÓRIO

Cuida-se de apelação criminal interposta pelo **Ministério Público do Estado de Pernambuco**, contra a sentença de fls. 61/62v., que absolveu sumariamente o acusado Luciano Manoel da Silva – denunciado por possível prática do delito previsto no art. 163, parágrafo único, inciso III, do CP –, por verificar que o fato narrado não constitui infração penal, nos termos do art. 397, III, do Código de Processo Penal. Expediu-se, ainda, alvará de soltura.

Contra a decisão, o membro do *parquet*, apresentou **recurso de apelação** à fl. 70 dos autos. Em suas razões recursais, acostadas nas páginas 79/82, o representante ministerial pugna pela reforma da sentença absolutória a fim de que seja dado provimento ao apelo, com vista ao regular prosseguimento do feito e, comprovados os fatos, seja aplicada a reprimenda cabível à espécie.

Nas **contrarrazões** acostadas às fls. 83/88, a defesa pugnou pela **manutenção da sentença**, por entender correta a sentença proferida nos autos.

A **D. Procuradoria de Justiça** ofereceu o parecer de fls. 98/99, opinando pelo **provimento do apelo, na mesma linha do Sr. Promotor de Justiça**.

É o Relatório.

Por se tratar de crime apenado com pena de detenção, incluía-se em pauta.

Recife, 2º de agosto de 2014.

  
**Des. Mauro Alencar de Barros**  
Relator

110

**Apelação Criminal nº:** 0007513-74.2009.8.17.0480 (0224122-7)  
**Comarca Origem:** Caruaru – 2ª Vara Criminal  
**Apelante:** Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**Apelado:** Luciano Manoel da Silva  
**Relator:** Des. Mauro Alencar de Barros  
**Procurador(a) de Justiça:** Helena da Fonte Carvalho  
**Órgão Julgador:** 1ª Câmara EXTRAORDINÁRIA Criminal

### VOTO DO RELATOR

Como já consignado no relatório, cuida-se de apelação criminal interposta pelo **Ministério Público do Estado de Pernambuco**, contra a sentença de fls. 61/62v., que absolveu sumariamente o acusado Luciano Manoel da Silva – denunciado por possível prática do delito previsto no art. 163, parágrafo único, inciso III, do CP –, por verificar que o fato narrado não constitui infração penal, nos termos do art. 397, III, do Código de Processo Penal.

Segundo consta da peça a trial, no dia 27/09/2009, por volta das 10:00 horas, nas proximidades do Hospital Municipal do Coração, na comarca de Caruaru, o denunciado, agindo livre e conscientemente, por motivo fútil, danificou um aparelho público de telefonia, verificando-se, portanto, que inutilizou coisa pertencente a uma empresa concessionária de serviço público, sendo detido em estado de flagrância.

Ainda se depreende da inicial acusatória que, o acusado ao perceber que no referido aparelho de telefonia pública, estava escrito o nome de Tony Gel, ex prefeito da cidade, resolveu quebrá-lo, danificando-o em seguida, e o deixando sem possibilidade de uso.

O objeto danificado foi avaliado em R\$195,00 (cento e noventa e cinco reais), conforme consta da inquirição do representante da vítima, às fls. 09.

Após apresentação da defesa escrita pela Defensoria Pública, o MM Juízo a quo o **absolveu sumariamente**, por verificar que o fato narrado não constitui infração penal, nos termos do art. 397, III, do Código de Processo Penal.

M

Insurge-se o membro do *parquet*, no presente recurso, por entender que o delito ora analisado merece reprimenda estatal, não podendo ser concebido como uma irrelevância penal, pois o bem jurídico patrimônio está protegido pelo ordenamento jurídico vigente.

Acrescentou que o bem lesado serve à população em geral, com maior importância para aqueles menos favorecidos, destacando, em seu arrazoado, o constrangimento causado aos populares que residiam próximo ao telefone danificado e deles necessitavam.

Asseverou que a lesividade ao bem jurídico deve ser analisada sob o aspecto social do bem público danificado, pois, embora a empresa concessionária possua grande patrimônio, o maior lesado pela conduta do acusado foi a população, "que não mais, ao menos por algum tempo, poderá utilizar-se do telefone público danificado".

Vejamos.

Da análise dos autos, verifico assistir razão à apelante.

Isto porque, a **materialidade** restou comprovada através do auto de apreensão, de fls. 39, bem como pela inquirição da representante da vítima, às fls. 09, quando restou reconhecida a peça de um telefone público avariada, onde se calculou o prejuízo da empresa vítima em aproximadamente, R\$45,00 (quarenta e cinco reais) referente ao monofone e R\$150,00 (cento e cinquenta reais) referente ao aparelho.

Vê-se, da sentença de absolvição sumária, que o MM Juízo a quo entendeu que "(...) não se deve condenar criminalmente alguém por ter causado um suposto dano de R\$195,00, a uma concessionária de serviços públicos do porte da Empresa Telemar, pois não está configurada a tipicidade material, já que não houve lesão significativa ao patrimônio da referida vítima, por absoluta insignificância do suposto dano sofrido".

Ou seja, na decisão ora impugnada, não foram apreciadas, especificamente, a materialidade e autoria delitivas, simplesmente, entendeu o Magistrado sentenciante pela aplicação do princípio da insignificância ao caso

112

concreto, tendo em vista principalmente, o valor do dano causado frente à vítima, aqui uma empresa concessionária de serviços públicos.

Ora, inicialmente, de fato, é de se pensar a possibilidade de aplicação do princípio da insignificância, se analisados friamente o bem avariado e a empresa que foi vítima do delito.

Contudo, **tal tese cai por terra quando analisados as demais provas colhidas até a prolação da sentença absolutória.**

Vê-se, às fls. 11, interrogatório do acusado, onde este confirma as acusações que lhe foram feitas e acrescenta que:

"saiu de casa no dia de hoje a fim de passear pela cidade, entretanto notou que os orelhões estavam com o nome de Tony Gel por isso decidi quebrá-los, afirmando ainda que durante este mês quebrou mais de **DUZENTOS** (g.n.) orelhões espalhados por toda a cidade; que afirma que ainda no dia de hoje quebrou nas proximidades do Hospital do Coração de Caruaru, **os espelhos retrovisores de três carros (g.n.)**".

**Ora, como observado, o próprio acusado confirma a autoria delitiva e, mais, destaca que durante o mês em que foi preso em flagrante, já havia danificado outros duzentos telefones públicos.**

É bem verdade que há, nos autos, **encaminhamento, da Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru, do reeducando para o HCTP, em virtude de apresentação por parte do acusado de distúrbio psiquiátrico**, contudo tais declarações somente poderão ser analisadas e sopesadas durante a instrução criminal que não chegou nem a se iniciar, haja vista a sentença de absolvição sumária pela aplicação do princípio da insignificância.

Desta forma, não se pode desconsiderar as declarações apresentadas pelo próprio acusado, em parte, ratificadas pelos policiais que o prenderam em flagrante.

Ademais, é de se ter em mente que o princípio da insignificância não foi estruturado para salvaguardar e legitimar condutas constantes desvirtuadas, e sim, para impedir que desvios de condutas ínfimos, isolados, sejam sancionados pelo direito penal, fazendo-se justiça no caso concreto. Comportamentos contrários à lei penal, mesmo que insignificantes, quando

11

113

constantes, devido a sua reprovabilidade, perdem a característica de bagatela e devem se submeter ao direito penal.

Vejamos precedente neste sentido do C. Superior Tribunal de Justiça:

HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO TENTADO DE FIOS DE COBRE, UTILIZADOS PARA A ILUMINAÇÃO PÚBLICA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INVIABILIDADE. ESPECIAL REPROVABILIDADE DA CONDUTA DO AGENTE. HABITUALIDADE DELITIVA. PRECEDENTES DE AMBAS AS TURMAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ORDEM DENEGADA.

1. A aplicabilidade do princípio da insignificância no delito de furto, para afastar a tipicidade penal, é cabível quando se evidencia que o bem jurídico tutelado (no caso, o patrimônio) sofreu mínima lesão e a conduta do agente expressa pequena reprovabilidade e irrelevante periculosidade social.

2. Na hipótese dos autos, a despeito da reduzida expressividade financeira da vantagem patrimonial ilícita que se buscou obter, não há como se afirmar o desinteresse estatal à repressão do delito praticado pelo ora Paciente. Com efeito, o furto de fios da rede de iluminação pública produz danos à população e ao Poder Público.

3. Ademais, consoante destacou a Corte de origem o Paciente confessou reiterar na prática delitiva.

4. Conforme decidido pela Suprema Corte, "O princípio da insignificância não foi estruturado para resguardar e legitimar constantes condutas desvirtuadas, mas para impedir que desvios de condutas ínfimos, isolados, sejam sancionados pelo direito penal, fazendo-se justiça no caso concreto. Comportamentos contrários à lei penal, mesmo que insignificantes, quando constantes, devido a sua reprovabilidade, perdem a característica de bagatela e devem se submeter ao direito penal." (STF, HC 102.088/RS, 1.ª Turma, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe de 21/05/2010.)

5. De fato, a lei seria inócua se fosse tolerada a reiteração do mesmo delito, seguidas vezes, em frações que, isoladamente, não superassem certo valor tido por insignificante, mas o excedesse na soma. E mais: seria um verdadeiro incentivo ao descumprimento da norma legal, mormente tendo em conta aqueles que fazem da criminalidade um meio de vida.

6. Ordem denegada.

(HC 185358/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 03/05/2011, DJe 18/05/2011)

Referido posicionamento do STJ, baseou-se no seguinte julgado de nossa Suprema Corte:

EMENTA: HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PENAL. FURTO E TENTATIVA DE FURTO. ALEGAÇÃO DE INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA: INVIABILIDADE. NOTÍCIA DA PRÁTICA DE VÁRIOS OUTROS DELITOS PELO PACIENTE. HABEAS CORPUS DENEGADO.

1. A tipicidade penal não pode ser percebida como o trivial exercício de adequação do fato concreto à norma abstrata. Além da correspondência formal, para a configuração da tipicidade, é necessária uma análise

MY

114

materialmente valorativa das circunstâncias do caso concreto, no sentido de se verificar a ocorrência de alguma lesão grave, contundente e penalmente relevante do bem jurídico tutelado.

2. Para a incidência do princípio da insignificância, devem ser relevados o valor do objeto do crime e os aspectos objetivos do fato - tais como a mínima ofensividade da conduta do agente, a ausência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica causada.

3. O grande número de anotações criminais na folha de antecedentes do Paciente e a notícia de que ele teria praticado novos furtos, após ter-lhe sido concedida liberdade provisória nos autos da imputação ora analisados, evidenciam comportamento reprovável.

4. O criminoso contumaz, mesmo que pratique crimes de pequena monta, não pode ser tratado pelo sistema penal como se tivesse praticado condutas irrelevantes, pois crimes considerados ínfimos, quando analisados isoladamente, mas relevantes quando em conjunto, seriam transformados pelo infrator em verdadeiro meio de vida.

5. O princípio da insignificância não pode ser acolhido para resguardar e legitimar constantes condutas desvirtuadas, mas para impedir que desvios de conduta ínfimos, isolados, sejam sancionados pelo direito penal, fazendo-se justiça no caso concreto. Comportamentos contrários à lei penal, mesmo que insignificantes, quando constantes, devido a sua reprovabilidade, perdem a característica da bagatela e devem se submeter ao direito penal.

6. Ordem denegada.

(HC 102088, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, julgado em 06/04/2010, DJe-091 DIVULG 20-05-2010 PUBLIC 21-05-2010 EMENT VOL-02402-05 PP-01058)

Nesta mesma linha, posicionou-se a D. Procuradora de Justiça, em seu parecer de fls. 98/99, ao destacar que "percebe-se que o motivo que o levou o Apelado a danificar o aparelho de telefonia público foi o risível fato de haver uma propaganda eleitoral como o nome de um candidato a cargo efetivo, tendo afirmado, ainda, que **só esse mês quebrou mais de 200 (duzentos) orelhões** (fls. 11). Ora, considerar insignificante a conduta do apelado sob o argumento de que o dano causado a vítima de pequena monta é, no mínimo, questionável".

Assim, não se pode aplicar irrestritamente o princípio da insignificância se os elementos de prova dos autos mostram, ao menos, **indícios de ser o acusado contumaz no cometimento de crime de dano, tais como o ora analisado.**

My



115

Deve-se, portanto, proceder com a instrução processual, ouvida das testemunhas, e novo interrogatório do acusado para que fiquem esclarecidos os detalhes acerca das possíveis condutas perpetradas pelo acusado, bem como acerca de possível distúrbio psiquiátrico sofrido pelo Apelado.

Ante o exposto, em consonância com o parecer ministerial, voto pelo **PROVIMENTO DO APELO MINISTERIAL**, cassando a sentença de absolvição sumária proferida pelo Magistrado a quò, determinando-se o prosseguimento do feito, para que, comprovados ou não os fatos, possa, ao fim da instrução criminal, ser o denunciado absolvido ou condenado pelo crime a si imputado.

Recife, 23 de 08 de 2014.

  
Des. Mauro Alencar de Barros  
Relator